

XII CONGRESSO DA FRELIMO

Terceiro mandato vai ensombrar o debate sobre questões de desenvolvimento de Moçambique

- Arranca na próxima sexta-feira, 23 de Setembro, o XII Congresso da Frelimo, o último que se realiza antes da escolha do candidato do partido no poder às eleições presidenciais de 2024. Mais do que um assunto partidário que diz respeito aos membros da Frelimo, o Congresso interessa a todos os moçambicanos por várias razões. Desde logo porque se trata da mais importante reunião do partido político que governa Moçambique desde 1975, ano da proclamação da Independência Nacional.





Créditos: Folha de Maputo

As decisões que irão sair do Congresso vão afectar a vida dos mais de 30 milhões de moçambicanos. Para o bem ou para o mal. A forma como Moçambique é governado reflecte a qualidade do debate e das decisões que são tomadas pelo Partido Frelimo. O aumento dos níveis de pobreza, o descaso do Governo perante a crise humanitária em Cabo Delgado, o fechamento do espaço e a repressão das liberdades fundamentais são reflexo da forma como o Partido Frelimo pensa Moçambique.

No discurso de encerramento da segunda sessão extraordinária da Frelimo, o presidente do partido no poder disse que o XII Congresso vai priorizar o debate de questões económicas e o combate ao extremismo violento que afecta Cabo Delgado, com tendências de alastramento para Nampula¹. Outros temas que serão discutidos incluem a descentralização ao nível do distrito, o reforço da capacidade de defesa nacional, aumento da produção e produtividade e sua ligação à industrialização, gestão sustentável dos recursos naturais, desenvolvimento das infra-estruturas, energia eléctrica, abastecimento de água, gás e segurança.

Mas o debate destas questões de interesse nacional poderá ser ensombrado pela discussão do “terceiro mandato” para Filipe Nyusi. Desde o ano passado que circulam

alegações de que o actual Presidente da República estaria interessado em permanecer na Presidência da República por mais cinco anos. Isto é, até 2030.

Não está claro o método que seria usado para a manutenção no poder: se seria através da revisão da Constituição para permitir três mandatos presidenciais ou seria por vias extra-constitucionais, o que é menos provável. Dentro do partido, o ensaio sobre o terceiro mandato começou a ganhar forma a partir de Maio de 2021, quando em plena sessão do Comité Central da Frelimo um membro sugeriu a revisão da Constituição para viabilizar a manutenção de Nyusi no poder até 2030².

Mais tarde, o debate chegou às redes sociais pela mão de propagandistas ao serviço do consulado de Filipe Nyusi, e rapidamente passou a ocupar páginas de jornais. Dentro da actual Frelimo marcada por indisfarçáveis fricções internas parece não haver muito apoio em relação à ideia de um terceiro mandato para Filipe Nyusi. Até aqui nenhum membro histórico ou com peso político no partido apareceu a associar o seu nome à ideia de terceiro mandato, o que revela fraco apoio interno. Até Alberto Chipande, veterano de Luta de Libertação Nacional e sombra tutelar, ainda não apareceu a apoiar o terceiro mandato.

Aliás, em Agosto último o Secretário-geral

da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLIN), Fernando Faustino, deixou claro que o debate de terceiro mandato não era assunto daquela que é a mais relevante organização social do Partido Frelimo. “Esse não é assunto da ACLIN. Devem perguntar à OJM em que se inspirou para dizer isso? Vocês devem saber o seguinte: nós somos uma organização muito forte. Há pouco tempo tivemos o Comité Central e este assunto que me aborda aqui não foi tratado”³.

Apesar da ACLIN ter desvalorizado o assunto de terceiro mandato, o facto é que a ala apoiante de Filipe Nyusi ainda não abandonou a ideia. E o próprio Presidente da República nunca se pronunciou publicamente a propósito. Isto é, nunca veio ao público assumir a pretensão de manter-se no poder até 2030 ou para distanciar-se dos rumores, reafirmando o respeito pelos princípios democráticos e a pré-disposição de seguir os exemplos de Joaquim Chissano e Armando Guebuza.

Nas últimas semanas, Nyusi fez visitas de trabalho por todas as províncias com dois objectivos político-partidários: (i) legitimar o SUSTENTA como um programa que está a mudar o sector agrário moçambicano; (ii) controlar os processos de eleição dos primeiros secretários da Frelimo nas províncias.

¹ <https://jornalnoticias.co.mz/destaque/crescimento-economico-e-combate-ao-terrorismo-nas-prioridades-do-congresso-da-frelimo/>

² <https://evidencias.co.mz/2021/05/26/frelimo-ensaia-nova-revisao-da-constituicao-para-acomodar-terceiro-mandato/>

³ <https://evidencias.co.mz/2022/08/16/esse-nao-e-assunto-da-aclin-perguntem-a-ojm/>

Sem os novos salários da Tabela Salarial Única (TSU) a reflectirem nas contas dos funcionários e agentes do Estado antes do Congresso, sem datas para a primeira exportação do gás da plataforma flutuante da Coral Sul FLNG, e perante o silêncio e a indefinição da TotalEnergies sobre a sua retoma a Afungi, Filipe Nyusi precisava de construir uma narrativa alternativa de sucesso da sua governação para apresentar aos “camaradas” no XII Congresso⁴.

Por isso recorreu ao seu antigo “superministro” para encontrar uma solução. E a solução

foi encontrada no SUSTENTA. Num périplo pelas províncias, Nyusi inaugurou unidades agro-industriais que, à semelhança de tantos outros construídos por este vasto Moçambique, correm o risco de tornar-se em autênticos “elefantes brancos”.

Em relação ao segundo objectivo, tudo indica que Nyusi conseguiu controlar as eleições dos primeiros secretários da Frelimo nas províncias, colocando candidatos únicos que concorriam à sua própria sucessão. Trata-se de uma estratégia de controlo da máquina partidária para garantir apoios durante

o congresso que vai decorrer de 23 a 28 de Setembro.

O silêncio de Filipe Nyusi em relação ao terceiro mandato torna-se ainda mais preocupante devido à sua proximidade com Paul Kagame, Presidente do Ruanda desde o ano de 2000, e Yoweri Museveni, Presidente do Uganda desde 1986. Paul Kagame e Yoweri Museveni são líderes autoritários que investem em regimes opressivos nos respectivos países e recorreram à alteração dos textos constitucionais para garantirem a sua manutenção no poder.

Chissano e Guebuza cumpriram dois mandatos

Com a introdução do pluralismo político em Moçambique através da Constituição da República de 1990, a realização de eleições regulares (presidenciais, legislativas, provinciais e autárquicas) e o respeito pela limitação do número de mandatos têm sido os principais marcos do processo de democratização do país. Desde as primeiras eleições legislativas e presidenciais em 1994, autárquicas em 1998, e provinciais em 2009, Moçambique tem respeitado os prazos de mandatos estabelecidos na Constituição da República, através da realização de eleições periódicas, de cinco a cinco anos.

Aliás, dispõe o número 1 do artigo 135 da Constituição da República que o “sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico constitui a regra geral de designação do Presidente da República, dos deputados da Assembleia da República, dos membros das Assembleias Provinciais, dos governadores de Província, dos membros das Assembleias Distritais, dos administradores de Distrito, dos membros das Assembleias Autárquicas e dos presidentes dos Conselhos Autárquicos”.

Paralelamente, os Presidentes eleitos têm cumprido com a limitação do número de mandatos fixada no número 4 do artigo 146 da Constituição: “O Presidente da República só pode ser reeleito uma vez”. Ou seja, depois de cumprir um mandato de cinco anos, o Presidente da República só pode concorrer à reeleição uma única vez. O número 5 do artigo 146 abre espaço para que um Presidente da República que tenha cumprido dois mandatos consecutivos (equivale a 10 anos seguidos na Presidência da República) volte a concorrer, mas isso só pode acontecer passados cinco anos após o último mandato.

Tanto Joaquim Chissano (1995 – 2005) como Armando Guebuza (2005 – 2015)



Créditos: Jomal Evidências

cumpriram com a regra de dois mandatos na Presidência da República. É verdade que nos últimos anos da sua governação houve rumores de que os dois estavam interessados no terceiro mandato. Mas tanto num como noutro caso não houve uma assunção clara dessa pretensão, muito menos tentativas de alterar a Constituição para acomodar um terceiro mandato.

Em relação a Filipe Nyusi, o principal argumento usado pelos defensores do terceiro mandato é a vitória expressiva nas eleições de 2019: Nyusi foi reeleito com 73% dos votos, contra 21% de Ossufo Momade (da Renamo) e 4% de Daviz Simando (do MDM). Mas aqui é preciso destacar duas notas: (1) tal como as outras eleições, as presidenciais de 2019 não foram consideradas justas e transparentes pelos observadores independentes; (2) o candidato da Frelimo estava a disputar a reeleição com Ossufo Momade, um candidato principiante sem o carisma e a popularidade

de de Afonso Dhlakama, o histórico líder da Renamo falecido a 3 de Maio de 2018.

Outro argumento usado para justificar um terceiro mandato é o facto de a governação de Nyusi ter sido marcada por várias contradições, desde logo o corte do apoio directo ao Orçamento de Estado na sequência da descoberta do escândalo das “dívidas ocultas”; os ciclones devastadores, como o Idai e Ana no centro e o Kenneth e Gombe no norte de Moçambique; pandemia da COVID-19 e o extremismo violento em Cabo Delgado.

O que os defensores deste argumento não percebem ou fingem não perceber é que esses contratempos ajudaram a revelar o verdadeiro perfil do actual Presidente da República: um Presidente que não está à altura dos desafios do país; um Presidente que não tem uma visão política para Moçambique. Ou seja, um Presidente que em nenhuma circunstância deveria ser proposto para continuar no poder por mais um mandato.

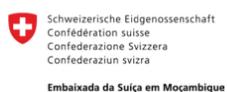
⁴ <https://cddmoz.org/celso-correia-e-filipe-nyusi-reaparecem-para-construir-uma-narrativa-de-sucesso-da-governacao-antes-do-congresso-da-frelimo-2/>

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Equipa Técnica: Emídio Beúla , Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Embaixada da Suíça em Moçambique

